



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.ª SL

Aos 10 dias do mês de janeiro de 2018, pelas 10:35 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1.ª parte

Audição do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, sobre a sua proposta de "mecanismo de limpeza de contraordenações" para a Uber e a Cabify, na sequência de requerimento do PCP

#### 2.ª parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 148/XIII/3.ª, relativa à reunião de 3 de janeiro de 2018

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1064/XIII/3.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo prioridade absoluta na conclusão do IC6, bem como na construção do IC7 e IC37

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 861/XIII/2.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que desenvolva as ações necessárias para que a Base Aérea de Monte Real seja adaptada a Aeroporto de Voos Civis

4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1189/XIII/3.ª (PCP) - Contra o encerramento, pela manutenção da empresa, salvaguarda de todos os postos de trabalho e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores da Têxtil Gramax Internacional (antiga Triumph)

5. Apreciação e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 172/XIII/1.ª (PAN) - Possibilidade de Permissão de Animais em Estabelecimentos Comerciais (altera o DL n.º 10/2015, de 16 de Janeiro), 622/XIII/3.ª (BE) - Autoriza a criação de áreas de permissão a animais em estabelecimentos

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

comerciais (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro), e 623/XIII/3.<sup>a</sup> (PEV) - Possibilita a permanência de animais em estabelecimentos comerciais, sob condições específicas, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro

6. Ratificação da votação indiciária dos Projetos de Lei n.ºs P JL 118/XIII/1.<sup>a</sup> (PAN) - Regulamentação da publicidade de produtos alimentares destinada a crianças e jovens, P JL 120/XIII/1.<sup>a</sup> (PS) - Procede à 14.<sup>a</sup> alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro, estabelecendo restrições à publicidade dirigida a menores de determinados produtos alimentares e bebidas e 123/XIII/1.<sup>a</sup> (PEV) - Regula a publicidade a produtos alimentares, dirigida a crianças e jovens, alterando o Código da Publicidade, realizada no Grupo de Trabalho P JL sobre Publicidade de Produtos Alimentares

7. Fixação de redações finais:- Projeto de Resolução n.º 1178/XIII/3.<sup>a</sup> (PS) - Recomenda ao Governo que promova uma avaliação das responsabilidades contratuais subjacentes à concessão em vigor entre o Estado e os CTT

8. Nomeação de Deputado autor de parecer na generalidade relativo ao Projeto de Lei n.º 718/XIII/3.<sup>a</sup> (PEV) - Abolição de números de valor acrescentado e disponibilização complementar de linhas telefónicas com o prefixo "2" para contacto com entidades públicas e empresas que prestam serviços públicos- Cabe ao PSD

9. Outros assuntos



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.ª SL

#### 1.ª parte

#### **Audição do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, sobre a sua proposta de "mecanismo de limpeza de contraordenações" para a Uber e a Cabify, na sequência de requerimento do PCP**

O Senhor Presidente da Comissão cumprimentou o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, Professor Engenheiro José Mendes, cuja audição sobre a sua proposta de "mecanismo de limpeza de contraordenações" para a Uber e a Cabify enquadrou no [requerimento do PCP](#), explicando os tempos de intervenção.

O Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente interveio.

O Senhor Presidente da Comissão deu esclarecimentos sobre as iniciativas legislativas pendentes.

Em 1ª ronda, em que a Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Hortense Martins (PS) assumiu a condução dos trabalhos, intervieram os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Paulo Neves (PSD), Ricardo Bexiga (PS), Heitor de Sousa (BE) e Helder Amaral (CDS/PP), tendo o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente respondido individualmente às questões colocadas.

Na 2ª ronda de intervenções, intervieram os Senhores Deputados António Costa da Silva (PSD) Ricardo Bexiga (PS), Heitor de Sousa (BE), Helder Amaral (CDS/PP) e Bruno Dias (PCP), tendo o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente respondido conjuntamente, a final, às questões colocadas.

A Senhora Vice-Presidente da Comissão agradeceu a presença do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e os esclarecimentos prestados, tendo a reunião, que teve [registo vídeo](#), prosseguido com a

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL**

**2.<sup>a</sup> parte**

**1. Apreciação e votação da ata n.º 148/XIII/3.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 3 de janeiro de 2018**

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração a ata n.º 148/XIII/3.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 3 de janeiro de 2018, que submeteu à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

**2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1064/XIII/3.<sup>a</sup> (CDS-PP) - Recomenda ao Governo prioridade absoluta na conclusão do IC6, bem como na construção do IC7 e IC37**

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) apresentou o projeto de resolução, tendo destacado a complementaridade do IC6, IC7 e IC37, a sua utilidade para a economia e mobilidade desta região do interior e também o facto de terem sido sempre tratados com essa complementaridade. Lembrou que faziam parte da concessão da Serra da Estrela mas o contrato não tinha sido assinado devido às dificuldades financeiras. Referiu depois que a construção faseada destas obras teria sido uma segunda opção e que tinha mesmo sido apresentada uma proposta de adjudicação de 19 Km, uma obra no valor de 38 milhões de euros, entre Tábua e o nó da Folhadosa, ficando para uma segunda fase a obra entre este nó e a Covilhã. Considerou o IC6 como prioridade das prioridades e que se complementaria a rede com a construção do IC7. Fez também referência à promessa, em março de 2017, de que as obras começariam em junho de 2017, e se tal tivesse acontecido este projeto de resolução não faria sentido, mas nada disso aconteceu e existem apenas pequenas obras de manutenção. Lembrou que os troços em questão se situavam na área ardida nos incêndios do Verão anterior e as consequências destes para a economia da região, bem como o facto de os Deputados da região não ignorarem o impacto dessa realidade, pelo que, defendeu, a primeira medida a tomar para criar condições para proteger aquelas populações era garantir-lhes esta mobilidade, que era há muito

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

tempo necessária e prometida por todos. Concluiu, reiterando também a importância destes troços no único destino de turismo de montanha no país.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE), Pedro Coimbra (PS), Fátima Ramos (PSD) e Bruno Dias (PCP).

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) afirmou que a pretensão expressa no projeto de resolução era absolutamente justa, apesar de, em seu entender, o projeto de resolução ser um pouco confuso na ordem das prioridades que apresentava, porque o texto resolutivo não estava de acordo com a exposição de motivos. Defendeu que, de entre os três troços referidos, aquele que era efetivamente prioritário era o IC6. Assim, propôs ao autor da iniciativa a alteração do texto resolutivo, dividindo-o em dois números, definindo como prioridade absoluta a construção do IC6, primeiro, e complementarmente a construção do IC7 e do IC37, justificando o efeito de rede. Concluiu, referindo que este problema se arrastava há anos e que era estranho que o CDS-PP não tivesse feito referência ao facto de este projeto estar bloqueado por governos anteriores, nomeadamente o do PSD/CDS-PP.

Pelo Senhor Deputado Pedro Coimbra (PS) foi afirmado que o PS concordava no essencial com o projeto de resolução e que considerava a matéria muito importante e relevante. Lembrou que aquele território tem sido muito esquecido na equidade da mobilidade das pessoas e de bens, mercadorias e serviços, apesar de contribuir de forma significativa para a economia nacional e para as exportações do país, tendo realçado também a resiliência e capacidade empreendedora dos empresários da região. Assim, afirmou compreender que estes três troços constituam absolutas prioridades no que diz respeito ao investimento público, mas, dentro das prioridades, em seu entender o IC6 era mais prioritário do que o IC7 e o IC37. Tendo em consideração que estas infraestruturas representam um investimento de cerca de 429 milhões de euros, defendeu que se devia priorizar aquilo que dentro das prioridades se torna mais importante. Esclareceu que o compromisso do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas era o de em 2018 adjudicar os estudos e os projetos necessários para a execução da obra, de modo a garantir os apoios comunitários necessários para realizar o financiamento, começando no IC6, entre Tábua e a Folhadosa. Concluiu,

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.ª SL

afirmando que o tempo, até agora, tem sido dedicado à realização desses estudos, uma vez que o Governo anterior não os fez.

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) reiterou que se tratava de estradas prioritárias para o desenvolvimento do interior do país, lembrou a destruição da região pelos incêndios do Verão de 2017 e afirmou que o Governo desse um sinal de começar com estes investimentos seria um bom sinal para o desenvolvimento de todo aquele território. Considerou que estas eram obras estruturantes e que o troço do IC6 assumia uma prioridade maior. Argumentou que o anúncio feito pelo Governo para 2018 também já tinha sido feito para 2017 e concluiu afirmando que os partidos deviam mostrar ao Governo e àquela população a sua sintonia sobre a realização destas obras, que eram extremamente importantes para a coesão territorial.

Por sua vez, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) afirmou que o seu partido tem vindo há muitos anos a defender e propor na Assembleia da República medidas para a concretização deste investimento, tão importante para aquela região do interior, tendo destacado a importância da construção destes troços para o desenvolvimento económico e social da região e em termos de mobilidade das pessoas e mercadorias. Lembrou que em 28 de fevereiro de 2014 o PCP dirigiu uma pergunta ao Governo então em funções sobre esta matéria, perguntando qual o planeamento e calendarização previstos para a realização desta obra, tendo recebido resposta de que os investimentos em causa não tinham carácter prioritário, pelo que não havia calendarização prevista para a sua construção. Considerou positiva a mudança de opinião, do ponto de vista político, por parte de quem há cerca de três anos e meio afirmava que estes investimentos não tinham carácter prioritário, mas, afirmou, não esperava uma alteração tão grande. Questionou sobre o que se dava prioridade, pois também tem sido colocada por Deputados do CDS-PP a questão da linha de Cascais e por outros a da construção do IC1, pelo que tinha dúvidas de como iriam votar, por não saber se concordavam com a prioridade absoluta dada às obras referidas nesta iniciativa. Concluiu que o problema era se a urgência, em vez de ser colocada numa perspetiva integrada de planeamento e desenvolvimento harmonioso, como defende o PCP, era colocada num absolutismo literal, como acontece no caso deste projeto de resolução.

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.ª SL

Encerrou a discussão o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP), tendo aceitado a sugestão apresentada pelo Deputado Heitor de Sousa e informado que iria alterar o texto resolutivo, dividindo-o em dois números. Reafirmou que há já muito que sinalizou ao Ministério da Economia um conjunto de obras de *last mile* que eram prioritárias, entre as quais se incluía a obra do IC6 e só não estava o IC37 porque o Governo à data fez os estudos para transformar o IP3 e A23, incluindo parte do IC37 nessa concessão. Afirmou ainda que quem travou a concessão da Serra da Estrela tinha sido o Governo do Partido Socialista. Lembrou também as afirmações do Governo, em março de 2017, de que em junho desse ano iria adjudicar 19 km, com um investimento de 38 milhões de euros. Concluiu que, com este projeto de resolução, o CDS-PP apenas dava o seu consentimento a promessa feita, para a realização dos primeiros 19 km, e depois para se avançar para a segunda fase da obra e finalmente para os IC7 e IC37.

#### **3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 861/XIII/2.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que desenvolva as ações necessárias para que a Base Aérea de Monte Real seja adaptada a Aeroporto de Voos Civis**

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 861/XIII/2.ª (PSD) – Recomenda ao Governo que desenvolva as ações necessárias para que a Base Aérea de Monte Real seja adaptada a Aeroporto de Voos Civis.

Relevou as vantagens deste aeroporto para a Região Centro, em que, para além do desenvolvimento da indústria e o comércio, também se corrigiria as assimetrias regionais existentes e em territórios que sofreram os incêndios em 2017.

Salientou, em relação ao aeroporto em Monte Real:

- a importância para o Turismo da Região Centro, referindo que, para além da Região de Lisboa, a Universidade de Coimbra é o local com mais visitas pagas do país, e
- o grande apoio das principais Câmaras Municipais da Região Centro a esta iniciativa.

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) considerou que o Projeto de Resolução do PSD deveria ser melhor refletido, recordando anterior Projeto de Resolução do BE com diferente fundamentação.

Sublinhou a necessidade de ter acessibilidades para que o uso do aeroporto tenha sentido.

Considerou este Projeto de Resolução uma proposta inútil e recordou que a privatização da ANA faz que tudo dependa da ANA que tem a concessão dos aeroportos civis.

Sugeriu uma reformulação do Projeto de Resolução e perguntou se a Força Aérea foi consultada.

O Senhor Deputado Pedro Coimbra (PS) disse que o PS concorda com as questões fundamentais da apresentação do Projeto de Resolução, sublinhando as questões do Turismo a desenvolver.

Recordou o tema estar a ser discutido há 40 anos, desde o 1º Ministro Carlos Mota Pinto, clarificando que não estão dispostos a discutir mais 40 anos para uma solução, e notando haver outras soluções, citando o aeródromo Bissaia Barreto em Coimbra.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) recordou que o PCP há muito que defende estudos necessários para o uso civil da Base Aérea de Monte Real, nomeadamente como uso complementar da sua utilização pela Força Aérea.

Lamentou esta discussão pela falta total de planeamento desta questão.

Referiu-se ao encontro do PCP na própria base aérea com responsáveis que manifestaram abertura.

O Senhor Deputado António Costa da Silva (PSD) referiu-se ao Projeto de Resolução de Abril de 2010, subscrito por Deputados de vários Partidos, com o mesmo sentido e fundamentação do presente Projeto de Resolução.

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) concordou com o Senhor Deputado Pedro Coimbra (PS) pela necessidade do estudo para esta solução proposta e discordou do Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), notando as várias acessibilidades já existentes na zona em questão.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

Quanto ao Ministro da Defesa referiu já ter mostrado disponibilidade para estudar o assunto.

#### **4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1189/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) - Contra o encerramento, pela manutenção da empresa, salvaguarda de todos os postos de trabalho e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores da Têxtil Gramax Internacional (antiga Triumph).**

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o projeto de resolução, tendo referido a atual situação da empresa e o processo com que os cerca de 500 trabalhadores, maioritariamente do sexo feminino, estão confrontados: 2 meses de salários e o subsídio de Natal em atraso e a entrada do processo de insolvência. Tendo dado conta dos termos resolutivos, que considerou objetivos, lembrou que a insolvência ainda não tinha sido formalmente decretada, pelo que o PCP entendia que ainda podia ser feito muito pelo Governo para impedir este encerramento. Referiu que se tratava da maior empresa têxtil de Lisboa e da região Sul, com trabalhadores especializados, alguns já com 40 anos de casa. Concluiu, afirmando que o Ministro da Economia, assim como se dirigiu à empresa e saudou a aquisição pela Gramax, devia também intervir agora para encontrar um comprador e salvaguardar os ativos da empresa e os postos de trabalho.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Luís Moreira Testa (PS), António Costa Silva (PSD), Heitor de Sousa (BE) e Pedro Mota Soares (CDS-PP).

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) referiu que a matéria não era nova nessa Comissão e que os pressupostos e preocupações eram os mesmos de há dois anos. Afirmou que, quando se via uma empresa importante para uma região, e mais importante ainda para os seus trabalhadores e suas famílias, a querer encerrar não passava pela cabeça do poder político não fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para determinar outro futuro que não seja o seu encerramento. Afirmou que considerava o projeto de resolução importante e tinha a expectativa de que o Governo pudesse carrear todos os meios que tem ao seu dispor para a inversão da atual situação, esperando que o Governo possa ter solução para a viabilidade desta

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.ª SL

unidade fabril. Concluiu afirmando que a transformação industrial pode trazer expectativas benéficas mas também pode deixar um rasto de destruição que tem de ser acompanhado pelo poder político, em termos de políticas públicas, para que as novas oportunidades não surjam à custa das antigas oportunidades e dos negócios tradicionais.

Pelo Senhor Deputado António Costa Silva (PSD), foi afirmado que o PSD manifestava preocupação com a situação desta empresa e destacou a sua dimensão e impacto na região. Referiu que o PSD acompanhava as preocupações expressas no projeto de resolução e que esperava que o Governo acompanhasse este complexo projeto de investimento e todas as suas consequências e tentasse inverter o que podia ser invertido ou encontrasse uma melhor solução, inclusive um novo comprador.

Por sua vez, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) afirmou concordar com o texto resolutivo e a justificação de motivos do projeto de resolução, considerou que esta era uma questão absolutamente urgente e expressou votos de que o Governo não ignorasse a importância de pegar nesta questão e resolvê-la a contento da manutenção dos postos de trabalho.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) afirmou que o CDS-PP acompanhava esta preocupação e fez referência aos dois âmbitos do problema: o da proteção dos próprios trabalhadores, que não recebiam o salário há dois meses nem o subsídio de Natal, tendo feito votos de que sejam acionados de forma muito rápida todos os mecanismos necessários para resolver a situação; e o da viabilidade da empresa. Quanto a este, tendo reconhecido a importância da empresa para o país, afirmou que os poderes públicos, o Governo e as agências que dele dependem podiam ter uma atuação muito relevante. Lembrou que quando situação semelhante se colocou em 2015, estas entidades atuaram. Lamentou o facto de o investidor encontrado, na sequência desse processo, não ter sido o que se revelou o mais certo, mas, concluiu, as agências que trabalham no âmbito do Ministério da Economia terão de ter uma atenção muito especial a esta situação.

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.ª SL

Finalmente, usou da palavra a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), para encerrar a discussão, tendo-se congratulado pelo facto de os outros grupos parlamentares acompanharem este projeto de resolução. Referiu que até ao momento não se conhecia nada que o Governo tivesse feito sobre esta situação. Afirmou que nem o Primeiro-Ministro nem o Ministro da Economia se tinham dirigido às trabalhadoras, em piquete à porta da empresa, nem tinha pronunciado sobre esta situação. Informou que a Autoridade para as Condições do Trabalho tinha estado no dia anterior na empresa. Reafirmou a importância de o Governo se pronunciar sobre a questão determinante de se encontrar outro investidor que garanta a viabilidade da empresa. Afirmou ainda que era muito importante que se tomassem medidas para que os investimentos estrangeiros em Portugal se traduzissem em produção nacional, o que nem sempre foi salvaguardado. Concluiu a Senhora Deputada, reiterando que a aprovação desta resolução não devia ser um ponto de chegada mas sim um ponto de partida para garantir a possibilidade de travar a insolvência desta empresa.

Após a conclusão da discussão, intervieram:

- o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que pediu que a informação desta discussão fosse direta para a DAPLEN, prescindindo-se da sua apreciação em Comissão;
- o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) que requereu a visita, expedita, à unidade fabril para a semana;
- a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) que informou que a Empresa já está fechada;
- o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) que propôs a audição dos Trabalhadores e da ex-Administração, no final da próxima 6ª feira;
- o Senhor Presidente da Comissão que dialogou sobre uma audição conjunta com a Comissão de Trabalho com
- a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) que explicou inconvenientes graves para as Trabalhadoras nesta 6ª feira, pela necessidade de não abandonar as instalações;

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.ª SL

- o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) que concordou com as explicações da Senhora Deputada Rita Rato (PCP);
- o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) que referiu que o Ministro da Economia estará na Comissão na próxima 3ª feira, enquadrando a visita perante os pedidos de visita feitos pelas Trabalhadoras ao 1º Ministro e ao Presidente da República, e analisou as obrigações da Administração demissionária, e concluiu pela oportunidade da visita;
- o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que concordou com a visita perante confirmação das condições para o fazer;
- o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) que insistiu na audição dos Trabalhadores e da Administração na Assembleia da República, explicando e concordando com a visita;
- o Senhor Presidente da Comissão que fez o ponto da situação e colocou o requerimento do PS à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

**5. Apreciação e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 172/XIII/1.ª (PAN) - Possibilidade de Permissão de Animais em Estabelecimentos Comerciais (altera o DL n.º 10/2015, de 16 de Janeiro), 622/XIII/3.ª (BE) - Autoriza a criação de áreas de permissão a animais em estabelecimentos comerciais (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro), e 623/XIII/3.ª (PEV) - Possibilita a permanência de animais em estabelecimentos comerciais, sob condições específicas, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.**

Este ponto foi adiado para a próxima reunião a pedido do PEV.

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.ª SL

**6. Ratificação da votação indiciária dos Projetos de Lei n.ºs P JL 118/XIII/1.ª (PAN) - Regulamentação da publicidade de produtos alimentares destinada a crianças e jovens, P JL 120/XIII/1.ª (PS) - Procede à 14ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro, estabelecendo restrições à publicidade dirigida a menores de determinados produtos alimentares e bebidas e 123/XIII/1.ª (PEV) - Regula a publicidade a produtos alimentares, dirigida a crianças e jovens, alterando o Código da Publicidade, realizada no Grupo de Trabalho - P JL sobre Publicidade de Produtos Alimentares.**

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), Coordenador do Grupo de Trabalho - P JL sobre Publicidade de Produtos Alimentares informou ter sido recebido um texto de substituição dos Projetos de Lei, para o qual foi consensualizado solicitar parecer escrito às entidades já ouvidas anteriormente e ao Ministério da Economia no prazo de 15 dias. Informou que os Grupos parlamentares do PAN e do PS já desistiram a favor do texto de substituição. Perspetivou finalizar os trabalhos até final do mês.

**7. Fixação de redações finais:- Projeto de Resolução n.º 1178/XIII/3.ª (PS) - Recomenda ao Governo que promova uma avaliação das responsabilidades contratuais subjacentes à concessão em vigor entre o Estado e os CTT.**

O Senhor Presidente da Comissão colocou à apreciação a redação final do Projeto de Resolução n.º 1178/XIII/3.ª (PS) - Recomenda ao Governo que promova uma avaliação das responsabilidades contratuais subjacentes à concessão em vigor entre o Estado e os CTT, que foi fixada sem votos contra.

Informou terem entrado, e sido distribuídas com os restantes documentos para esta reunião, as redações finais das Propostas de Lei n.ºs 83/XIII, 84/XIII e 85/XIII. A DAPLEN, que faz a redação final dos diplomas, levanta várias questões para ponderação da Comissão.

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

**8. Nomeação de Deputado autor de parecer na generalidade relativo ao Projeto de Lei n.º 718/XIII/3.<sup>a</sup> (PEV) - Abolição de números de valor acrescentado e disponibilização complementar de linhas telefónicas com o prefixo "2" para contacto com entidades públicas e empresas que prestam serviços públicos.**

O Senhor Presidente da Comissão informou ter dado entrada na Comissão o Projeto de Lei n.º 718/XIII/3.<sup>a</sup> (PEV) - Abolição de números de valor acrescentado e disponibilização complementar de linhas telefónicas com o prefixo "2" para contacto com entidades públicas e empresas que prestam serviços públicos, que foi distribuído ao Grupo parlamentar do PSD, tendo sido nomeado relator o Senhor Deputado Joel Sá (PSD).

### **9. Outros assuntos**

O Senhor Presidente da Comissão deu várias notas:

- lembrou que estão agendadas para a próxima 6.<sup>a</sup> feira, dia 12, as seguintes audições sobre os CTT, na sequência do requerimento do PS:
  - 9h30m – SINDETELCO e SNTCT
  - 11h – Comissão de Trabalhadores dos CTT
  - 12h – Movimento de Utentes dos Serviços Públicos
  - 15h – ANACOM
- informou que, com a anuência do GP autor do requerimento, foram substituídas as audições dos Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, da ANMP e da ANAFRE por solicitações de pareceres escritos. Feitas as audições agendadas para 6.<sup>a</sup> feira, ficam apenas a faltar a audição do Conselho de Administração dos CTT (requerimento do PS) e do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas (requerimento do PCP).
- recordou a audição regimental do Ministro da Economia, que está agendada para o próximo dia 16 de janeiro (terça-feira), às 10h.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.ª SL**

- quanto ao processo legislativo pendente no GT Transportes Públicos - Transporte de passageiros em veículos descaracterizados: foram feitas todas as audições e foi solicitado parecer escrito a IMT, AdC, DECO e APDC, com prazo até 10 janeiro. Quanto à audição regimental do Ministro do Ambiente, a ouvir antes de Fevereiro, ou se se mantiver para 14 de Fevereiro, fixar o prazo de entrega de propostas de alteração até 17 de Fevereiro.

A reunião foi encerrada às 14:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 janeiro 2018.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 149/XIII/ 3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva  
António Eusébio  
Bruno Dias  
Cristóvão Norte  
Emídio Guerreiro  
Fátima Ramos  
Fernando Jesus  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
Hugo Costa  
Hugo Pires  
Joel Sá  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Luís Moreira Testa  
Maria Adelaide Ribeiro  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Coimbra  
Pedro Mota Soares  
Ricardo Bexiga  
António Topa  
Carlos Silva  
Paulo Neves  
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paulino Ascensão